



## Europass-Curriculum Vitae

### Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) Alexandra Maria Borges Castro Gonçalves Marques

### Experiência profissional

Datas	2002/2015
Função ou cargo ocupado	Advogada
Principais actividades e responsabilidades	<p>Exercício da advocacia, generalista e em prática individual, integrada em escritório de advogados partilhado com outros colegas, centrando a sua actividade em direito bancário e em direito fiscal, tanto na vertente do contencioso, como consultoria.</p> <p>2013/2015 Experiência em direito bancário, adquirida nos últimos dois anos, como responsável pela condução pelo acompanhamento de cerca de 350 processos judiciais que envolvem o contencioso bancário de uma instituição de crédito, onde se incluem matérias que envolvem casos de responsabilidade civil, imobiliário e outros, bem como processos de natureza criminal, em especial, os crimes de falsificação e burla.</p> <p>2002/2015 Experiência em direito fiscal, na vertente da consultoria e contencioso, designadamente, nos impostos sobre o rendimento (IRS) e sobre o património.</p> <p>2002/2015 Experiência como advogada generalista, em pratica individual, em direito civil, contencioso civil e penal, imobiliário, laboral, contratos, arrendamento, família e sucessões (inventário, divórcio e poder parental), direitos de autor, registos e notariado, cobrança de créditos e execuções e emigração (<i>golden visa</i>).</p> <p>Inscrita como advogada desde 2002.</p>
Datas	2012/2013 – 2013/2014
Função ou cargo ocupado	Docente convidada do IDEFF
Principais actividades e responsabilidades	Docente na disciplina de <i>Arbitragem Tributária: introdução e direito comparado</i> no Curso sobre "Grandes Temas Processuais e Substantivos dos Principais Tributos Portugueses", sob a Coordenação da Prof. <sup>a</sup> Doutora Ana Paula Dourado e Mestre Nuno de Oliveira Garcia.
Datas	2001/2003
Função ou cargo ocupado	Membro da Comissão Nacional de Eleições, indicada como jurista de reconhecido mérito, pelo ministério que tutela a comunicação social.

## Educação e formação

Datas	2012
Designação da qualificação atribuída	Mestre em Direito, na vertente de Ciências Jurídico-Económicas, com tese de mestrado subordinada ao tema "A Arbitragem Tributária no Direito Português", sob orientação da Prof. <sup>a</sup> Doutora Ana Paula Dourado.
Principais disciplinas/competências profissionais	Direito Fiscal, Direito Financeiro, Relações Económicas Internacionais e Economia Política.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	17 valores.

Datas	2007/2008
Designação da qualificação atribuída	Pós-graduação em Direito Fiscal, pela Faculdade de Direito de Lisboa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	16 valores

Data	1999/2000
Designação da qualificação atribuída	Pós-graduação (parte escolar) em Direito da Banca, Bolsa e Seguros, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Datas	1993/1998
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	

	Compreensão		Conversaço		Escrita
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Língua	Inglês	B2	C2	B2	B2
Língua	Francês	B1	B2	B1	B1

(\*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

**Artigos publicados**

Alexandra Gonçalves Marques / Mariana Melo Egídio, "Constitutional Jurisprudence 2012 – PORTUGAL", in *European Review of Public Law*, Vol. 25\_3(89), 2013.

Rui Guerra da Fonseca / Alexandra Gonçalves Marques / Mariana Melo Egídio, "Jurisprudence Constitutional / Constitutionnelle 2010-2011 – PORTUGAL", in *European Review of Public Law*, Vol. 24\_3(85), 2012.

"A transmissão da Propriedade em Portugal – A Questão Informacional Subjacente ao Registo Predial", in *O Direito*, Ano 143.º (2011), I.

"Supervisão comportamental bancária – da supervisão à protecção do cliente bancário", in *Revista da Banca*, N.º 70 – JULHO/DEZEMBRO 2010.

**Papers**

"Os prejuízos fiscais transfronteiriços na jurisprudência do TJCE", relatório de mestrado apresentado no seminário de direito fiscal, que obteve a classificação de 17 valores.

"A extrafiscalidade nas taxas das autarquias locais", relatório apresentado no âmbito do mestrado no seminário de direito financeiro, que obteve a classificação de 16 valores.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2015